Demonstrações financeiras em 31 de março de 2015

Conteúdo

| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 3 |
|--|------------|
| Balanços patrimoniais | 5 |
| Demonstrações de resultados | ϵ |
| Demonstrações de resultados abrangentes | 7 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 8 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto | 9 |
| Demonstrações do valor adicionado | 10 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 11 |



KPMG Auditores Independentes

Rua Sete de Setembro, 1.950 13560-180 - São Carlos/SP - Brasil Caixa Postal 708 13560-970 - São Carlos/SP - Brasil Telefone Fax Internet 55 (16) 2106-6700 55 (16) 2106-6767 www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

A Diretoria e Acionistas da Agropecuária Nova Europa S.A. Nova Europa - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Agropecuária Nova Europa S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agropecuária Nova Europa S.A. em 31 de março de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Carlos, 24 de julho de 2015

KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6

André Luiz Monaretti Contador CRC 1SP160909/O-3 Fernando Rogério Liani Contador CRC 1SP229193/O-2

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

| Ativo | Nota | 2015 | 2014 | Passivo | Nota | 2015 | 2014 |
|-----------------------------------|------|---------------------------------------|---------|---------------------------------------|------|---------|---------|
| | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 93 | 45 | Impostos e contribuições a recolher | 8 | 7 | 5 |
| Contas a receber de clientes | | 240 | 30 | Passivo fiscal corrente | 13 | 5 | 2 |
| Impostos a recuperar | | 1 | 1 | Salários e férias a pagar | | 4 | 3 |
| Ativo fiscal corrente | | 3 | 2 | Adiantamentos de clientes | | - | 1.592 |
| Outras contas a receber | ·- | <u> </u> | 33 | Dividendos a distribuir | 6 | 358 | 2.504 |
| Total do ativo circulante | | 337 | 111 | Total do passivo circulante | | 374 | 4.106 |
| | - | | | | | | |
| Depósitos judiciais | - | 30 | 29 | Passivo fiscal diferido | 13 | 44.186 | 44.185 |
| Total do realizável a longo prazo | - | 30 | 29 | Total do passivo não circulante | | 44.186 | 44.185 |
| Imobilizado | 7 | 136.667 | 137.665 | Patrimônio líquido | 9 | | |
| | | · · · · · · · · · · · · · · · · · · · | _ | Capital social | | 3.055 | 3.055 |
| Total do ativo não circulante | _ | 136.697 | 137.694 | Reservas de lucros | | 3.747 | 768 |
| | | | | Reserva de reavaliação | | 81.720 | 81.720 |
| | | | | Ajuste de avaliação patrimonial | | 3.952 | 3.971 |
| | | | | Total do patrimônio líquido | | 92.474 | 89.514 |
| | | | | Total do passivo | | 44.560 | 48.291 |
| Total ativo | - | 137.034 | 137.805 | Total do passivo e patrimônio líquido | | 137.034 | 137.805 |

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

| | Nota | 2015 | 2014 |
|---|------|-------|-------|
| Vendas de produtos | 10 | 7.649 | 8.497 |
| Custos dos produtos vendidos | | (33) | (29) |
| Lucro bruto | _ | 7.616 | 8.468 |
| Despesas administrativas e gerais | 11 | (489) | (477) |
| Outras (despesas) receitas operacionais líquidas | 12 | (531) | 65 |
| Resultado antes das receitas (despesas) financeiras | | | |
| líquidas e impostos | | 6.596 | 8.056 |
| Receitas financeiras | | 1 | 2 |
| Despesas financeiras | | (4) | (6) |
| Receitas (despesas) financeiras líquidas | | (3) | (4) |
| Lucro antes dos impostos | | 6.593 | 8.052 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 13 | (349) | (269) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 13 | 11 | 26 |
| Lucro líquido do exercício | | 6.245 | 7.809 |

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

| | 2015 | 2014 |
|---|-------|-------|
| Lucro líquido do exercício Outros resultados abrangentes | 6.245 | 7.809 |
| Resultado abrangente total | 6.245 | 7.809 |

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

| | - | Reservas de Lucros | | | | | |
|---|-------------------|--------------------|---|---------------------------|---------------------------------------|----------------------|---------|
| | Capital social | Reserva legal | Reserva de lucros - Lei 11.638/07 | Reserva de reavaliação | Ajuste de avaliação patrimonial | Lucros acumulados | Total |
| Saldos em 1º de abril de 2013 | 3.055 | 611 | 649 | 81.720 | 4.034 | | 90.069 |
| Dividendos distribuídos | - | - | (649) | - | - | - | (649) |
| Antecipação de dividendos | - | - | - | - | - | (7.715) | (7.715) |
| Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27 | - | - | - | - | (63) | 63 | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 7.809 | 7.809 |
| Destinações: Reserva de retenção de lucros | <u> </u> | - | 157 | | - | (157) | - |
| Saldos em 31 de março de 2014 | 3.055 | 611 | 157 | 81.720 | 3.971 | <u> </u> | 89.514 |
| Dividendos distribuídos | - | - | (157) | - | - | (3.128) | (3.285) |
| Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27 | - | - | - | - | (19) | 19 | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 6.245 | 6.245 |
| Destinações: Reserva de retenção de lucros | <u> </u> | - | 3.136 | - | - | (3.136) | - |
| Saldos em 31 de março de 2015 | 3.055 | 611 | 3.136 | 81.720 | 3.952 | - | 92.474 |

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

| Fluxos de caixa das atividades operacionais | 2015 | 2014 |
|---|---------|---------|
| Lucros líquido do exercício | 6.245 | 7.809 |
| Ajustes para: | | |
| Depreciação | 54 | 136 |
| Resultado na venda de ativos imobilizados | 972 | (96) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (1) | (26) |
| | 7.270 | 7.823 |
| Variações nos ativos e passivos | | |
| Contas a receber de clientes | (210) | (30) |
| Impostos a recuperar | - | 3 |
| Outras contas a receber | 33 | (1) |
| Depósitos judiciais | (1) | (1) |
| Impostos e contribuições a recolher | 356 | 201 |
| Salários e férias a pagar | 1 | - |
| Adiantamentos de clientes - Partes Relacionadas | (1.592) | (1.867) |
| Caixa gerado nas atividades operacionais | 5.857 | 6.128 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (349) | (269) |
| Caixa e equivalentes de caixa líquido proveniente das atividades operacionais | 5.508 | 5.859 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | |
| Aquisição do imobilizado | (29) | |
| Caixa e equivalente de caixa líquido usado nas atividades de investimentos | (29) | |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos Dividendos distribuídos | (5.431) | (5.860) |
| Dividendes distributeds | (3.431) | (3.800) |
| Caixa e equivalente de caixa líquido usado nas atividades de financiamentos | (5.431) | (5.860) |
| Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa | 48 | (1) |
| Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa | | |
| No início do exercício | 45 | 46 |
| No fim do exercício | 93 | 45 |
| Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa | 48 | (1) |
| , , | | (-) |

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de março de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

| | 2015 | 2014 |
|--|--------|-------|
| Receitas | | |
| Vendas de produtos | 7.897 | 8.930 |
| Outras receitas | (531) | 66 |
| | 7.366 | 8.996 |
| Insumos adquiridos | (42.6) | (00) |
| Outras despesas Administrativas | (426) | (98) |
| | (426) | (98) |
| Valor adicionado bruto | 6.940 | 8.898 |
| Depreciação Depreciação | (53) | (37) |
| | (53) | (37) |
| Valor adicionado líquido produzido pela entidade | 6.887 | 8.861 |
| Valor adicionado recebido em transferência | | |
| Receitas financeiras | 1 | 2 |
| | 1 | 2 |
| Valor adicionado total a distribuir | 6.888 | 8.863 |
| Distribuição do valor adicionado | | |
| Pessoal e encargos | | |
| Honorários dos administradores | 45 | 42 |
| | 45 | 42 |
| Impostos, taxas e contribuições Federais | 598 | 994 |
| Municipais | | 18 |
| | 598 | 1.012 |
| Remuneração de capitais próprios | | |
| Dividendos | 3.285 | 7.715 |
| Lucros retidos | 2.960 | 94 |
| | 6.245 | 7.809 |
| Valor adicionado distribuído | 6.888 | 8.863 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Agropecuária Nova Europa S.A. tem sua sede administrativa na Estrada da Antiga Fazenda Itaquerê s/n, Bairro Rural, na cidade de Nova Europa - SP. As atividades da Companhia compreendem, basicamente, o plantio e a comercialização de cana-de-açúcar, exclusivamente para a companhia relacionada Usina Santa Fé S.A., mediante instrumento particular de contrato de parceria agrícola a preços e condições usuais de mercado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (CONSECANA).

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade em relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 24 de julho de 2015.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção do ativo imobilizado mensurado pelo custo atribuído na data de transição e reconhecido no balanço patrimonial.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 3.b.ii Vida útil de ativo imobilizado;
- Nota Explicativa nº 13 Passivo fiscal diferido; e
- Nota Explicativa nº 14 Instrumentos financeiros.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação que é a data na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem: empréstimos, adiantamentos de clientes e outras contas a pagar.

(iii) Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados por Assembleia Geral Ordinária e são reconhecidos no Patrimônio Líquido sobre esta rubrica, se deliberados antes do final do exercício.

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados

A vida útil para depreciação dos ativos, para os exercícios corrente e comparativo, são as seguintes:

| Contas | Anos |
|------------------------------------|------|
| Móveis e utensílios | 8 |
| Veículos e implementos rodoviários | 5 |
| Máquinas e implementos agrícolas | 6 |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

c. Redução ao valor recuperável (impairment)

O ativo imobilizado tem seus valores recuperáveis testados, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

A Administração da Companhia não identificou nenhuma evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável dos ativos em 31 de março de 2015 e 2014.

d. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de beneficios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob participação nos lucros de curto prazo de acordo com a convenção coletiva, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f. Receita operacional

Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

g. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

h. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

Agricultura: Plantas Produtivas (alterações a IAS 16 e IAS 41)

Estas alterações exigem que plantas produtivas, definidas como uma planta viva, deve ser contabilizada como imobilizado e incluída no âmbito da IAS 16 Imobilizado, em vez da IAS 41 Agricultura.

As alterações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- IFRS 14 Regulatory Deferral Accounts (Contas Regulatórias de Diferimento)
- Accounting for Aquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização de Aquisições de participações em Operações em conjunto) (alteração do IFRS 11)
- Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation(Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações da IAS 16 e IAS 38)
- Defined Benefit Plans: Employee Contributions (Plano de Beneficio Definido: Contribuição de empregados) (alteração da IAS 19)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2010-2012
- Melhorias anuais das IFRSs de 2011-2013

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as estas normas. Adoção antecipada não é permitida.

i. Imposto de renda e contribuições social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados de acordo com a legislação vigente do "lucro presumido". Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% e 12% da recita de venda, acrescido de outras receitas operacionais, para fins de imposto de renda e da contribuição social, respectivamente.

- Imposto de renda Calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% sobre o excedente de R\$ 240.
- Contribuição social Calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável.

4 Determinação de valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo dos ativos não financeiros. O valor justo tem sido determinado para propósitos de mensuração baseado no método abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas do ativo ou passivo.

- Caixa e equivalentes de caixa: São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos; e
- Contas a receber e outros recebíveis e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia: o seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

5 Caixas e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme a seguir:

| | 2015 | 2014 |
|--|---------|---------|
| Caixa e bancos Aplicações financeiras | 5 88 | 1 44 |
| | 93 | 45 |

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros é divulgada na Nota Explicativa nº 14.

6 Partes relacionadas

a. Operações com pessoal-chave

O pessoal-chave da Administração é composto pela Diretoria eleita trienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. A Companhia não concede ao pessoal-chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

b. Principais saldos e transações que afetaram o resultado

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2015 e 2014, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com companhia relacionada, conforme demonstrado a seguir:

| | - | 20 | 015 | 2014 | | |
|---|----------------|--------------|------------------------|---------|------------------------|--|
| Venda de cana-de-açucar | Relacionamento | Saldos | Receitas (despesas) | Saldos | Receitas (despesas) | |
| Usina Santa Fé S.A. | Relacionada | 213 | 7.898 | | 8.930 | |
| | <u>-</u> | 213 | 7.898 | | 8.930 | |
| Adiantamento para futuro fornecimento de cana-de-açucar | | | | | | |
| Usina Santa Fé S.A. | Relacionada | | | (1.592) | (37) | |
| Dividendos a distribuir | = | - | | (1.592) | (37) | |
| Outras partes relacionadas | Pessoa física | (358) | | (2.504) | | |
| | = | (358) | | (2.504) | | |

7 Imobilizado

a. Movimentação do custo

| | | | 2014 | | | | 2015 | | |
|------------------------------------|----------------------|----------|------------|----------------|----------------------|---------|---------|----------------|----------------------|
| | Saldo final total | Adições | Baixas | Transferências | Saldo final total | Adições | Baixas | Transferências | Saldo final total |
| Terras | 137.257 | - | (5) | - | 137.252 | - | - | = | 137.252 |
| Móveis e utensílios | 26 | - | - | - | 26 | - | - | - | 26 |
| Veículos e implementos rodoviários | 1.797 | - | (92) | - | 1.705 | 29 | (1.013) | - | 721 |
| Máquinas e implementos agrícolas | 1.033 | - | (58) | - | 975 | - | (253) | - | 722 |
| Outros | 16 | | <u>-</u> _ | - _ | 16 | | | | 16 |
| | 140.129 | <u> </u> | (155) | <u> </u> | 139.974 | 29 | (1.266) | <u> </u> | 138.736 |

b. Movimentação da depreciação

| | _ | | 2014 | | | | 2015 | | |
|---|---------------------------------|----------------------|-----------|------------------|---------------------------------|--------------|-----------|------------------|---------------------------------|
| | Saldo final total | Adições | Baixas | Transferências | Saldo final total | Adições | Baixas | Transferências | Saldo final total |
| Móveis e utensílios Veículos e implementos rodoviários Máquinas e implementos agrícolas Outros | (20) (1.495) (915) (5) | (1) (101) (34) | 185 78 | - - - - | (21) (1.412) (871) (5) | (34) (20) | 244 50 | - - - - | (21) (1.202) (841) (5) |
| | (2.435) | (136) | 263 | | (2.309) | (54) | 294 | | (2.069) |
| Valor líquido contábil | 137.694 | | | | 137.665 | | | | 136.667 |

8 Impostos e contribuições a recolher

| | 2015 | 2014 |
|---------------------------|------|------|
| INSS - Funrural Outros | | 3 2 |
| Total | 7 | 5 |

9 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está representado por 3.055.000 ações ordinárias e nominativas sem valor nominal (idêntico em 31 de março de 2014).

b. Reservas

- **Reserva legal** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- **Reserva de reavaliação** Constituída basicamente em decorrência da reavaliação de terras. Em atendimento à prática contábil de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10, a Companhia registrou o imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrentes da reavaliação sobre ativos não depreciáveis (terras) no montante de R\$ 42.098.

A reserva de reavaliação será realizada na proporção da alienação ou baixa dos ativos reavaliados, em contrapartida de lucros acumulados.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e da contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

d. Remuneração aos acionistas

A Companhia poderá deliberar, em reunião de acionistas, a respeito da distribuição dos lucros. Os lucros poderão ser distribuídos por meio de levantamento de balanços intermediários. Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. A destinação do lucro do exercício será deliberada pela Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras.

10 Receita líquida

A receita operacional da Companhia é composta, basicamente, pela venda de cana-de-açúcar para a parte relacionada Usina Santa Fé S.A. Abaixo, é apresentada a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

| | 2015 | 2014 |
|---|-------|-------|
| Receita bruta fiscal | 7.898 | 8.930 |
| Menos: Impostos sobre vendas | (249) | (433) |
| Total de receita contábil | 7.649 | 8.497 |
| 11 Despesas administrativas e gerais | | |
| | 2015 | 2014 |
| Depreciação e amortização | 20 | 21 |
| Despesa com pessoal | 132 | 51 |
| Impostos e taxas | 245 | 351 |
| Outras despesas | 92 | 54 |
| | 489 | 477 |
| 12 Outras (despesas) receitas operacionais líquidas | | |
| | 2015 | 2014 |
| Resultado na venda/baixa de ativos | (637) | 66 |
| Outras (despesas) receitas operacionais líquidas | 106 | (1) |
| | (531) | 65 |

13

Imposto de renda e contribuição socialA conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

| _ | 2015 | | 2014 | | | |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | IRPJ | CSLL | Total | IRPJ | CSLL | Total |
| Receita operacional bruta | | | | | | |
| Receita de vendas de cana-de-açúcar | 7.649 | 7.649 | | 8.930 | 8.930 | |
| Outras receitas | 1 | 1 | | 38 | 38 | |
| | 7.649 | 7.649 | | 8.968 | 8.968 | |
| Alíquota de presunção | 8% | 12% | | 8% | 12% | |
| , , | 612 | 918 | | 714 | 1072 | |
| Alíquota fiscal combinada | 25% | 9% | | 25% | 9% | |
| · - | (151) | (83) | (234) | (170) | (99) | (269) |
| Outras receitas | | | | | | |
| Venda de ativo imobilizado e outras | 336 | 348 | | _ | - | |
| Alíquota fiscal combinada | 25% | 9% | | 25% | 9% | |
| • | (84) | (31) | (115) | - | | |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | | = | (349) | | = | (269) |

Em 31 de março de 2015 e 2014, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre os seguintes valores-base:

| | 2014 | | | 2015 | |
|-------------------------------|------------------------------|------------------------------|------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| | Saldo em março de 2013 | Reconhecidos no resultado | Saldo em março de 2014 | Reconhecidos no resultado | Saldo em março de 2015 |
| Passivo circulante | | | | | |
| IRPJ e CSLL a pagar | - | | 2 | | 5 |
| Passivo não circulante | | | | | |
| Imobilizado - Reavaliação | 42.098 | (1) | 42.099 | 1 | 42.098 |
| Imobilizado - Custo atribuído | 2.078 | 34 | 2.044 | 8 | 2.036 |
| Imobilizado - Depreciação | | | | | |
| Econômica | 35 | (7) | 42 | (10) | 52 |
| Líquido | 44.211 | 26 | 44.185 | (1) | 44.186 |

14 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de algumas variáveis, como preço dos produtos, taxas de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia usualmente utiliza. Esses riscos geralmente são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua na gestão operacional e econômico-financeira da Companhia.

A Agropecuária Nova Europa S.A., pelo fato de possuir substancialmente terras em seu ativo e essas terras serem objeto de instrumento particular de contrato de parceria agrícola a preços e condições normais de mercado, ou seja, a Companhia não exerce atividade produtiva, a administração enxerga que ela não está exposta a nenhum risco financeiro comumente gerenciado, que são risco de liquidez, risco de mercado, risco operacional ou risco de capital.

Os saldos apresentados nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de março de 2015 e 2014, de acordo com a Administração da Companhia, não estão sujeitos a riscos financeiros, de oscilações de preços de mercado ou qualquer um dos riscos acima expostos.

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Os métodos e as premissas adotados na determinação do valor de justo estão resumidos na Nota Explicativa nº 4.

 Caixa e equivalentes de caixa - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos. • O contas a receber e outros recebíveis, partes relacionadas e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

A Administração da Companhia considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, devido ao fato de que essas operações referem-se preponderantemente a financiamentos com taxas equiparadas a taxas de mercado. Dessa forma, a Administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletiam o endividamento efetivo em caso de eventual liquidação naquela data.

Hierarquia de valor justo

A Companhia classificou todos os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo como nível 1 (preços cotados - não ajustados - em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos) para os exercícios findos em 31 de março de 2015 e 2014.

15 Aspectos ambientais

As atividades operacionais da Companhia são sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e nos regulamentos em vigor.

16 Demonstrações do valor adicionado - DVA

A Companhia está apresentando como informação complementar as demonstrações do valor adicionado - DVA, de acordo com o CPC 09.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferidos à Companhia.